

Destaque

APPC mostra-se preocupada

Más práticas na contratação pública persistem e ameaçam serviços de consultoria

Elisabete Soares
elisabetesoaresh@vidaeconomica.pt

A Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores (APPC) está preocupada com as más práticas na contratação pública de serviços de consultoria de engenharia, que tem como critério base de escolha o preço, e que penalizam fortemente as empresas. Contudo, são, também, um fator de grande preocupação em termos de qualidade dos serviços prestados.

Na opinião de Vítor Carneiro, presidente da APPC – espelhada num extenso editorial publicado na newsletter da associação –, “promoveu-se uma obsessiva cultura de redução indiscriminada de custos, de tal modo que hoje a sociedade confunde investimento com despesa e está disponível para só aceitar que, se gaste pouco e se compre barato”.

Assim, o responsável lamenta que “em concursos lançados já este ano,

entidades públicas de referência do Estado Central estejam a ser completamente omissas quanto a condições mínimas de qualificação, económica, financeira ou técnica, tanto das empresas como das equipas que venham a desempenhar os serviços, em representação do dono da obra, o Estado português”.

Vítor Carneiro destaca, ainda, que, “a crescer a tal falta de exigência, o critério de escolha do adjudicatário tem continuado a ser, pelo menos em alguns casos, exclusivamente o preço mais baixo, admitindo, quando justificado, que possa ser mesmo inferior ao que a entidade contratante classifica e explicita como anormalmente baixo”.

O responsável da APPC considera que “há necessidade de suscitar uma reflexão política profunda sobre os riscos para o Estado de uma tal prática e da orientação política que a mesma evidencia – refira-se que uma das obras em causa represen-

ta um investimento de cerca de seiscentos milhões de euros”.

Acrescenta que “entendemos ser necessário que as entidades públicas também se consensualizem quanto à política de delegação de algumas das suas responsabilidades nas empresas privadas de engenharia e transmitam diretrizes claras aos seus institutos e empresas quanto aos procedimentos que o Estado quer ver no terreno, que, a nosso ver, deve ser o serviço de melhor qualidade que se enquadre no montante que foi previamente definido como preço base, aquele que foi cabimentado, aquele que a entidade que lança o concurso entende que é correto”.

Na opinião de Vítor Carneiro, a engenharia portuguesa exige manter a qualidade que construiu a sua imagem e fez o país dela se orgulhar. “A desqualificação do mercado português de contratação pública tem servido para afundar as empresas em Portugal e dificultar a competitividade das que continuam a competir nos mercados internacionais”.

APPC impulsiona criação de rede de associações de consultores nos países de língua portuguesa

A APPC está a liderar o projeto Engenharia e Arquitetura no Mundo, que visa a criação de uma rede de associações de consultores em engenharia, arquitetura e ambiente no espaço de língua portuguesa.

Um projeto que levou ao encontro no Porto de cerca de 100 especialistas em engenharia, arquitetura e ambiente, de países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Portugal, que discutiram a abordagem a novos mercados e analisaram o setor da consultoria em construção nestes mercados.

Foi assim que ficámos a saber que em Angola está já em fase de criação a associação de projetistas e consultores. Paulo Nóbrega, da comissão instaladora, destacou o esforço que o novo Governo angolano está a fazer para atrair mais investimento, agora com uma preocupação de maior transparência. “É um mercado difícil, mas há muito para fazer na habitação, infraestruturas, indústria”, destacou Paulo Nóbrega.

João Ramos, da comissão instaladora da congénere de Cabo Verde, destaca o facto de existirem duas ordens, de engenheiros e arquitetos, mas não existir uma associação de empresas de consultoria. Destaca o facto de atualmente haver “alguns sinais de melhoria no setor privado, em especial devido aos investimentos no turismo”.

Por sua vez, Domingos Gomes, da comissão instaladora da associação de projetistas da Guiné, destaca o facto de este ser “um setor novo”, sendo importante “chamar a atenção e apoiar os profissionais”. Alerta que hoje “quase todos os projetos que estão a ser feitos vem de fora”, sendo que há vários organismos portugueses que apoiam a Guiné em matérias de urbanismo e construção.

Bruno Vedor, presidente da direção AEMC – associação de empresas moçambicanas de consultoria, alerta para o facto de esta entidade abranger várias áreas de consultoria e não só a engenharia e a arquitetura. Na sua opinião, uma aspeto preocupante é o facto de a maioria das obras serem contratadas pelo Estado, por isso, “muitas vezes sujeitas a aliciamentos”. O papel e grande desafio da AEMC é o de “partilhar a informação entre as empresas”.

João Alves, vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, destacou o grande potencial que este país apresenta atualmente em termos de construção e infraestruturas e de equipamentos para a atração de turistas.

Responsabilização do gestor do contrato

A engenharia organizada nos serviços do Estado está hoje muito fragilizada pela aposentação de quadros experientes e sem uma política coerente de reorganização e modernização de serviços e, nomeadamente, rejuvenescimento dos recursos humanos. “Esta situação é ainda mais premente pela exigência que cada vez mais a sociedade faz, e bem, de uma correta gestão dos fundos públicos, a que o Código dos Contratos Públicos vem dar uma moldura legal que responsabiliza diretamente o Gestor do Contrato. Julgamos que, não estando a administração em condições de assumir as consequências financeiras por tais responsabilidades, tenderão a subestabelecer essas responsabilidades nas empresas de engenharia”, destaca.

Acrescenta, ainda, que “essa engenharia, organizada nas empresas de consultoria de engenharia, fustigada pela adoção generalizada do preço mais baixo como critério de escolha, situação essa agravada por uma enorme redução da procura de serviços de engenharia em Portugal, está hoje com muito menos capacidade instalada. Algumas empresas faliram, outras encontram-se condicionadas por restrições económicas e financeiras”, alerta o presidente da APPC.